
ANÁLISE GEOGRÁFICA DO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES E ACAMPAMENTO HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU

GEOGRAPHICAL ANALYSIS OF FLORESTAN FERNANDES AND SETTLEMENT OF HEIRS FIGHT CAMP PORECATU

Pedro Guglielmi Junior¹

RESUMO: Este artigo trata da análise de duas realidades da luta pela reforma agrária brasileira, o assentamento e o acampamento. O primeiro é analisado perante a visita ao assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis-PR, provendo informações sobre o processo do assentamento das famílias, a realidade encontrada e os desafios vencidos e que ainda persistem a estes trabalhadores. No estudo de caso do acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, buscou-se conhecer como se articula a organização dos “trabalhadores sem-terra”. Posteriormente, foi realizada a análise dos fatores legais e sociais atuantes no processo de reforma agrária, seus atores e entidades relacionadas, para uma melhor compreensão da realidade. Finalizando, frente à realidade observada, o autor faz uma análise e apresenta sua concepção sobre a necessidade e viabilidade da reforma agrária.

Palavras-chave: Assentamento rural. Acampamento MST. Reforma agrária. Agricultura familiar. Geografia agrária.

ABSTRACT: This article deals with the analysis of two realities of the struggle for the Brazilian agrarian reform, the settlement and the encampment. The first one is analyzed before the visit to the settlement Florestan Fernandes in the municipality of Florestópolis-PR, providing information about the process of the settlement of the families, the reality found and the challenges that have been overcome and still persist to these workers. In the case study of the Heirs of the Fight of Porecatu, it was sought to know how the organization of the “landless workers” is articulated. Subsequently, the analysis of the legal and social factors acting in the agrarian reform process, its actors and related entities, was carried out for a better understanding of the reality. Finally, in view of the observed reality, the author analyzes and presents his conception about the necessity and viability of agrarian reform.

Keywords: Rural settlement MST camp. Agrarian reform. Family farming. Agrarian geography.

¹ Técnico em Agropecuária, licenciado, bacharel, mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Trabalha na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. E.mail: pedrogjr2000@yahoo.com.br.

Artigo recebido em maio de 2019 e aceito para publicação em junho de 2019.

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sócio-territoriais como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) agregaram mais objetivos a sua luta do que se ater somente a luta pela terra, eles em sua maioria desejam a ruptura das bases fundamentais do sistema capitalista, e sua principal linha de ação é através da ocupação de terras. A ocupação é um processo sócio-espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta de resistência do campesinato, para a sua recriação e criação (FERNANDES, 2000).

A ocupação de terras nada mais é do que ação de resistência dos trabalhadores frente ao Estado que representa os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral, isto se territorializou por uma questão de sobrevivência. É a concepção da terra de trabalho sob sua responsabilidade social contra a terra de negócio e de exploração, na condição de conscientes de seus direitos, em busca da superação da exploração histórica do trabalhador rural. O MST é uma realidade que surgiu do modo contraditório capitalista de produção.

Este artigo não pretende fazer uma análise profunda dos motivos que levaram ao surgimento dos movimentos sociais de contestação da realidade social no campo, ele busca conhecer a realidade de duas situações distintas, um acampamento de ocupação de uma fazenda que teve a declaração de usurpação dos direitos dos trabalhadores através de trabalho análogo ao escravo; e a situação de um assentamento já consolidado, com as famílias reconstruindo um espaço rural mais justo.

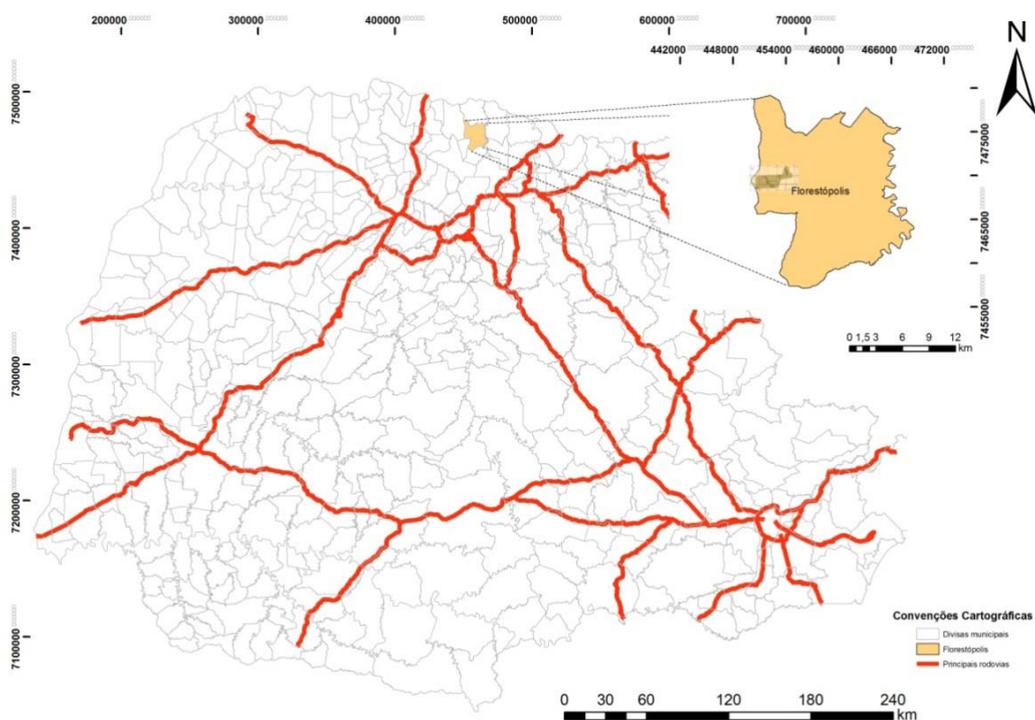
O estudo será feito primeiro sob o assentamento, para depois se realizar o do acampamento, esta ordem foi escolhida para justamente quebrar a impressão de que o assentamento é a evolução natural do acampamento, e este se apresentando como meta final. Muito pelo contrário, analisaremos os processos como sendo seu movimento circular e compensatório, isto é, o acampamento se alimenta da esperança da conquista realizada pelos assentados, e os assentados continuam lutando junto aos acampados pelo ideal de uma realidade rural mais justa. A Geografia se insere nesse processo tornando o tema uma categoria geográfica ao aceitar a ideia de Fernandes (2000) “O acampamento é espaço de luta e resistência no processo de espacialização da luta pela terra. Entre o tempo de acampamento e a conquista do assentamento (que configura a territorialização), desenvolve-se a espacialização.”

A visita às duas localidades foi feita no ano de 2013.

2 ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES

2.1 Localização

O assentamento Florestan Fernandes fica situado entre as coordenadas UTM SD69 450000/7471000 e 455000/7468000 no município de Florestópolis-PR, na porção norte do Estado. Ocupa uma área total próxima de 529 ha, dividida em 29 lotes com média de área de 14,38 ha cada, conforme pode-se visualizar na Figura 1.



Fonte: Autor. Em detalhe o Assentamento Florestan Fernandes.
Figura 1. Mapa de Localização do Município de Florestópolis-PR.



Fonte: Imagem de satélite: Google Earth, Mapa: Emater
Figura 2. Assentamento Florestan Fernandes.

O assentamento fica distante a cerca de 06 km do centro urbano do município de Florestópolis e a 76 km de Londrina, principal município da região. O acesso ao local se dá através da Rodovia Dr. Jacídio Correia e Rodovia João Lunardelli, de onde é necessário o deslocamento por estrada não pavimentada até a entrada do assentamento.

2.2 Histórico

O assentamento se originou do desejo do antigo proprietário da então Fazenda Floresta em vender a propriedade, destinando-a a reforma agrária; em 1997 foi acertada a transferência por meio de um processo simples de compra e venda ao INCRA, viabilizando o projeto.

No ano de 1998 houve a disponibilização para o assentamento de 29 famílias, onde três eram de ex-funcionários da fazenda, vinte e duas são originárias de acampamentos do sudoeste paranaense, mais precisamente da Microrregião de Santa Izabel do Oeste, e as quatro outras famílias assentadas são provenientes do cadastro de espera da reforma agrária e vieram de outras regiões. Todas as famílias, a princípio, foram alocadas em dezoito casas de antigos funcionários da fazenda. Como não havia casas para abrigar todas as famílias, algumas tiveram que dividir as existentes até a construção de mais moradias, momento onde foi necessário o aporte de recursos dos próprios assentados. O INCRA então disponibilizou uma linha de crédito de R\$ 1.425,00 (um mil quatrocentos e vinte e cinco reais) denominada “Instalação para apoio inicial”, momento em que também foram fornecidas cestas básicas por um período de quatro meses (COSTA, 2010).

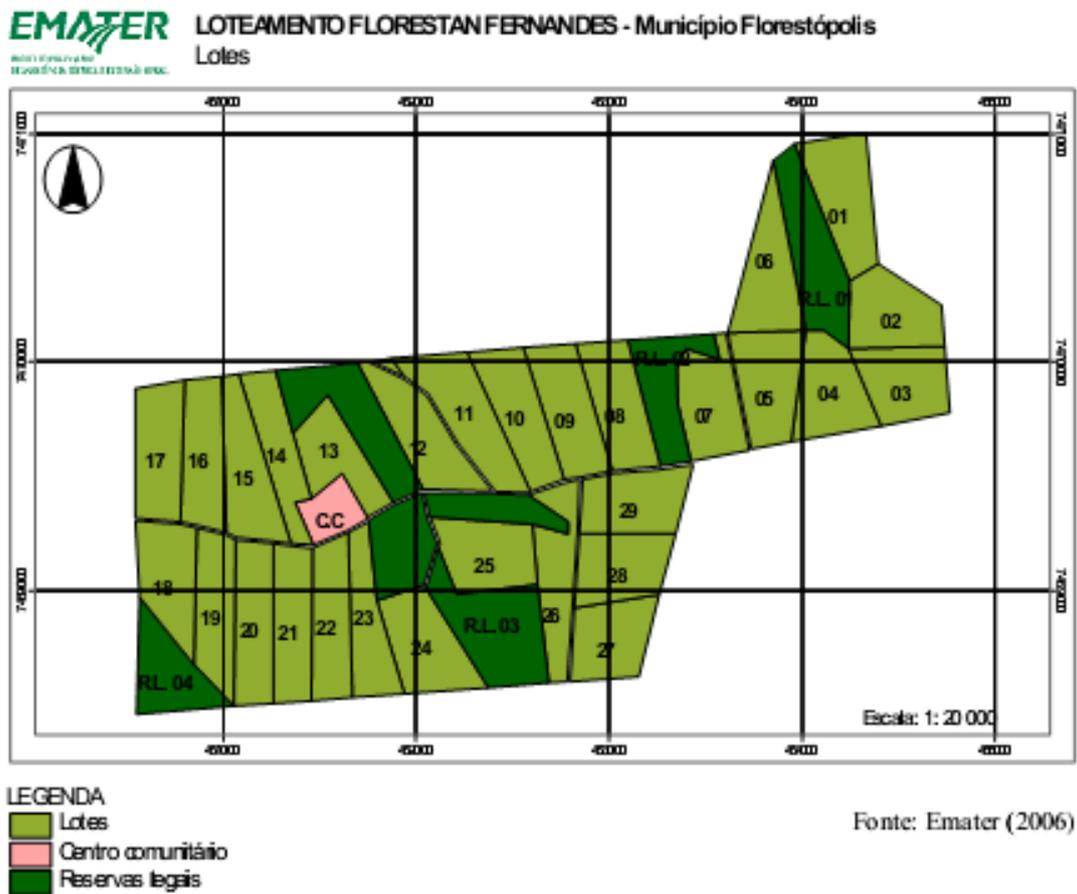
No ano de 1999, foi disponibilizado um crédito para o investimento em benfeitorias no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) através do Programa de fortalecimento da agricultura familiar, PRONAF A, com juros de 1,15% ao ano e carência de três anos. Ainda em 1999, foi também disponibilizado a cada família um crédito de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) proveniente do INCRA com a finalidade de ajudar na construção das moradias.

Da implantação até o ano de 2006, segundo Costa (2010) houve oito substituições de beneficiários, seja por problemas de relacionamento com vizinhos, desistência por saudade da terra natal ou simples troca de lotes com outros assentamentos.

2.3 Caracterização

Em 1997 a Fazenda Floresta contava com 529,01 ha de terras com topografia de relevo suave, uso de solo concentrado em pastagem para a criação pecuária e cultivo de cana de açúcar. Seu solo é classificado como argissolo vermelho amarelo eutrófico latossólico (EMBRAPA, 2008), este solo, apesar de fértil, requer cuidados especiais quanto a facilidade de ocorrência de erosão e lixiviação de nutrientes.

O sorteio dos lotes foi feito pelos próprios assentados conforme a Figura 03, onde é possível notar também a presença de um centro comunitário e de áreas destinadas a reserva legal. O menor lote ocupa uma área de 12,24 ha e o maior chega a 14,38 ha.



Fonte: Emater

Figura 3. Distribuição dos lotes no Assentamento Florestan Fernandes.

Há a presença de dois cursos d'água principais, servidos pelos seus afluentes. Na Figura 2 pode-se observar que somente os lotes 03, 06, 07, 08, 11, 12, 13, 14, 22, 23, 24 e 25 têm acesso aos cursos d'água, mesmo que indiretamente, devido a reserva legal. Os restantes dos lotes não tinham acesso à água e tiveram que esperar a perfuração do poço artesiano e sua subsequente condução aos lotes para servir aos animais; algumas famílias tinham que buscar água todos os dias a pé para servir aos animais ou para o próprio consumo.

A área é bastante propícia ao cultivo de vegetais e a utilização para pastoreio na criação pecuária, mas, segundo os assentados, o solo se encontrava bastante debilitado devido à pouca reposição de nutrientes, retirados do solo pelo cultivo de cana-de-açúcar e pastoreio (Figura 4).



Fonte: Autor

Figura 4. Vista parcial do assentamento.



Fonte: Autor

Figura 5. Trator comprado por um dos assentados.



Fonte: Autor

Figura 6. Animais comprados por um dos assentados.

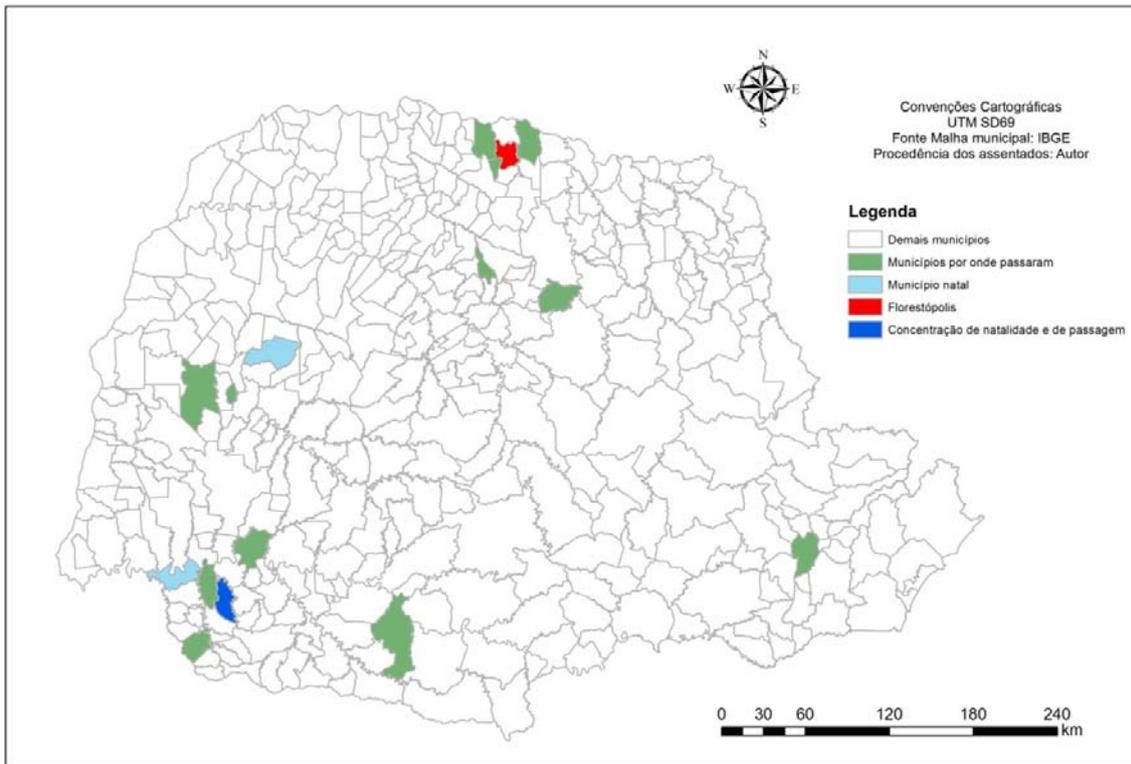
As propriedades dos entrevistados se mostraram organizadas e com boa infraestrutura instalada, a maioria das casas são de alvenaria ou de madeira em bom estado, contam com luz e água encanada de poço artesiano. Parte expressiva das famílias contam com facilidades como televisão, geladeira, fogão e máquina de lavar; algumas contam ainda com automóvel ou moto e computador e internet através da rede celular. O saneamento é feito através de fossa séptica, o lixo é queimado pois não há recolhimento pela prefeitura, também não é feita a separação e destinação do lixo reciclável.

Algumas famílias optaram pelo investimento em melhoramento da fertilidade do solo, compra de animais com melhor carga genética (Figura 6), outros já investiram na mecanização (Figura 5).

2.4 Análise Geográfica

No caso deste assentamento, conforme verificado nos registros dos questionários aplicados, a principal atividade dos entrevistados antes da entrada no movimento já era a produção agropecuária, isto é, neste caso, a realidade não atende a tendência verificada por Heredia *et al.* (2002) em que há uma crescente presença de trabalhadores de origem urbana nos assentamentos. Dos nove entrevistados, cinco declararam serem parceiros de outros agricultores, e três declararam terem sido proprietários ou filho destes antes de virem ao assentamento. Isto se deu devido à classificação prévia das famílias que iriam assumir os lotes; onde por exigência do antigo proprietário da fazenda se direcionou a área a trabalhadores com histórico de experiência com o trabalho na terra. Mas, segundo o relato do extencionista da Emater, para atender a isto houve a necessidade de se recorrer a um grupo de acampados que estavam no sudoeste do Paraná, pois estes tinham um

vínculo recente com o trabalho rural. Além deste motivo, a escolha destes trabalhadores também faz sentido quando se respeita os vínculos familiares e culturais dos assentados.



Fonte: Autor

Figura 7. Mapa da dinâmica de deslocamento e origem dos assentados.

Na Figura 7, os municípios em azul claro foram citados pelos entrevistados como sendo sua cidade natal, o município em azul escuro foi muito lembrado como cidade natal ou ponto de passagem da família; na cor verde, estão representados os municípios que também foram citados como pontos de passagem das famílias durante a entrevista. Nota-se que há uma concentração de origem das famílias na porção sudoeste do Estado do Paraná, também é representado uma concentração de passagem em municípios próximos ao assentamento, isto é, devido ao fato de alguns terem estado acampados nesta região antes de serem direcionados ao assentamento, como é o caso do acampamento na Fazenda Ingá, no município de Bela Vista do Paraíso. Os municípios citados, mas que não estão contidos no Estado do Paraná, não foram representados.

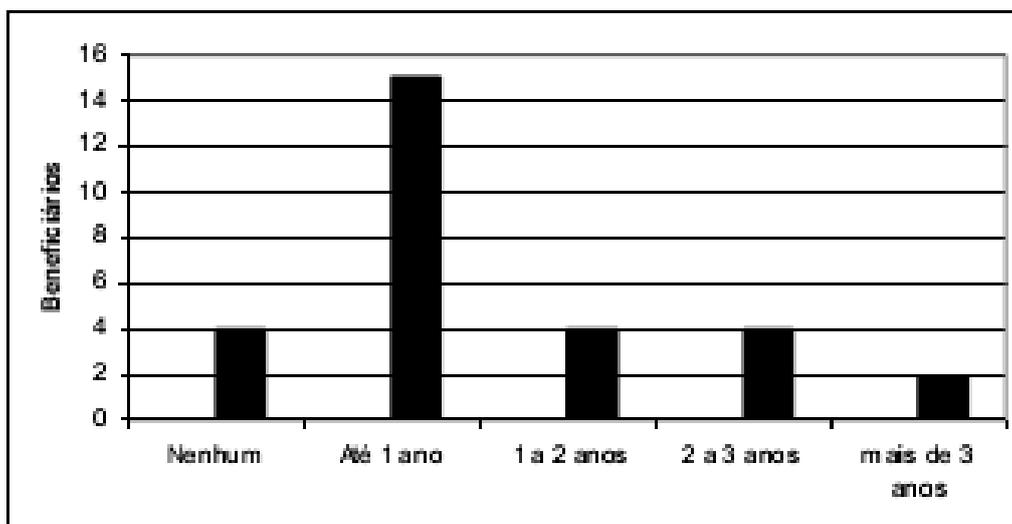
Mesmo assim, apesar de haver uma concentração de famílias da mesma região, o fato de estas estarem distantes de seus demais parentes ocasionaram algumas desistências dentre os integrantes do assentamento. Alguns solteiros, que mesmo não sendo recomendado no processo sua presença ali obtiveram o benefício do lote, acabaram por desistir para retornar à região de origem, outras famílias preferiram a troca dos lotes por outros assentamentos mais próximos aos familiares. Isto comprova que os laços afetivos com o “lugar” (no sentido fenomenológico), devem ser levados em conta no processo de reforma agrária. A precariedade da infraestrutura encontrada pelas famílias também levou a agravar o abandono do lote por algumas famílias. No começo, a falta de energia elétrica, a necessidade de compartilhar as casas disponíveis e a falta de água foram motivos de grande pressão sobre a permanência ou não das famílias. Os depoentes enfatizam que os

fatores descritos potencializam as desistências, e que estes fatores não atuam isoladamente, e mesmo com a seleção das famílias neste caso, apesar de amenizar alguns dos fatores, não se viu a extirpação da atuação deles, segundo elas, 62% dos assentados nos assentamentos pesquisados por eles possuíam familiares em outros lotes, “indicando que os assentamentos devem ser olhados como espaços de reconstrução de sociabilidades anteriormente em crise” (Medeiros, 2003). Confirmando isso, entre as dificuldades listadas pelos entrevistados como as piores enfrentadas no acampamento foi o começo do assentamento, eles listaram: saudade da família, dúvida quanto ao futuro, precariedade dos acampamentos, falta de vínculo com os outros acampados, discriminação e falta de moradia.

A discriminação e o preconceito estão tão amplamente enraizada na sociedade, que até mesmo os assentados confessaram terem preconceito quanto ao MST e os acampados antes de aderirem ao movimento. Isto prova que a falta de informação na sociedade é um dos maiores problemas a serem enfrentados pelos articuladores dos movimentos de trabalhadores sem-terra. O relato de um dos assentados de que no começo houve um grande preconceito quanto a presença deles no município de Florestópolis, pode ser explicado por dois fatores principalmente: a campanha deturpada de proprietários de terras da região quanto ao caráter dos trabalhadores sem-terra e o medo da população residente sobre a atuação dos novos indivíduos em uma comunidade pequena e já classificada de cidadãos que se conhecem a muito tempo. Em geral, a presença demográfica dos assentados também tem desdobramentos sobre o contexto político e social de uma região, já que aumenta a pressão por demandas de infraestrutura e equipamentos sociais além é claro do choque cultural e socioeconômico, principalmente próximos a pequenos núcleos urbanos.

Dos nove entrevistados, apenas um não havia estado em outro acampamento, entre as respostas dos outros assentados, o acampamento de Alvorada do Sul era o mais recorrente. Isso se explica pelo fato de as famílias terem ficado por um tempo em acampamento próximo a área esperando que os trâmites do INCRA fossem findados para depois serem conduzidos à área. A maioria dos entrevistados ficaram apenas um ano nesses acampamentos, isto pode ser compreendido mais facilmente pelo Gráfico 01 da pesquisa de Costa (2010), onde ele teve acesso a informação de um número maior de assentados.

Gráfico 1. Tempo de permanência dos assentados em acampamentos.



Fonte: Costa (2010)

O alistamento dos trabalhadores entrevistados se deu majoritariamente por dois caminhos, indicação dos Sindicados dos Trabalhadores Rurais e pelo marketing do MST, o que evidencia o trabalho destes dois órgãos como promulgadores da luta pela terra no sudoeste do Paraná e demais regiões do estado.

Quando se analisa as condições das terras da Fazenda Floresta, conforme os estudos de Heredia *et al.* (2002), nota-se que mais uma vez os trabalhadores assentados se viram com o desafio de recuperar estas terras, tendo em vista que a fazenda arrendava as terras para a produção de cana-de-açúcar ou a utilizava como pasto para a criação de gado, atividade esta que muito provavelmente não era feita com os necessários meios de renovação do solo, fazendo que fossem subutilizadas.

Na Tabela 1, nota-se que os assentados assim que assumiram os lotes investiram na recuperação das terras e na adequação e aquisição de equipamentos que viessem a propiciar isso.

Tabela 1. Bens e serviços adquiridos pelo Assentamento Florestan Fernandes

Benefícios adquiridos	Quantidade	Ano
Calcáreo	90 toneladas	2000
Poço artesiano	1 unidade	2001
Readequação Estrada Rural	4 km	2001
Plantadeira mecânica plantio direto 4 linhas	1 unidade	2002
Distribuidor de calcárea	1 unidade	2002
Pulverizador de barra	1 unidade	2002

Fonte: Costa (2010), com dados da Emater (2002).

Uma preocupação na liberação de crédito para os assentados é a extrapolação de sua capacidade de pagamento. Nas entrevistas aplicadas, as respostas dos assentados não foram conclusivas, muitos deles definiram que os valores liberados não foram suficientes para a construção das moradias e a compra dos implementos e insumos necessários a iniciar suas atividades, outros relataram que foi necessário a venda de bens próprios para o investimento na propriedade. Também é relevante a informação de que todos declararam estar conseguindo pagar os empréstimos tomados junto aos bancos, o que é confirmado pelo extencionista da Emater.

A produção de alimentos pelos assentados conforme é descrita por Medeiros (2003) como generalizada na agricultura familiar, pode ser classificada como dispersa pois não aparece nas estatísticas oficiais e visam atender um mercado consumidor próximo do assentamento. Nas entrevistas, os assentados declararam produzir:

- Milho;
- Feijão;
- Cana;
- Batata;
- Frutas;
- Hortigranjeiros;
- Carne bovina;
- Mandioca;
- Leite;
- Soja;
- Frango;
- Seda;

- Banana;
- Mamão;
- Laranja;

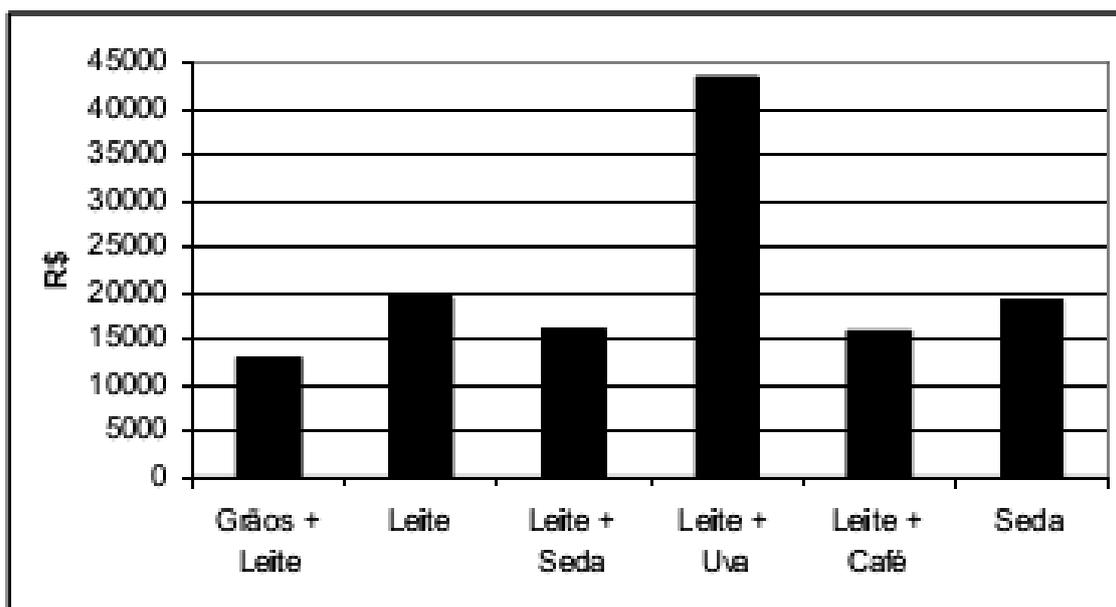
Alguns produtos citados são comumente atrativos de cadeias tradicionais de comercialização que possivelmente retêm valores menos significativos na venda, submetendo os produtores a preços desfavoráveis. Entre eles, pode-se citar a cadeia do leite, amplamente dominada por empresas que transferem margens de lucro muito pequena aos produtores e o monopólio da sericultura, inevitavelmente articulado por empresas de um oligopólio produtivo/exportador, onde a genética é o grande trunfo da dependência tecnológica do produtor à indústria. Mesmo assim, os produtores de leite buscam novas formas de comercialização de seus produtos, mesmo que seja pela transformação em queijo e iogurte a margem da fiscalização sanitária, ou pela procura por empresas que paguem melhor.

A cooperativa do assentamento não está ativa, segundo os entrevistados isso é decorrente de uma falta de participação dos assentados, mas eles concordam que seria uma boa alternativa para a negociação na compra de insumos e na venda da produção, pois existem bons exemplos da quebra dos mecanismos tradicionais de comercialização através de cooperativas e agro industrialização feitas pelo MST em especial no sul. Apesar disso, a grande maioria deles utiliza das cooperativas regionais para a compra dos insumos. No caso do leite, eles preferiram empresas privadas às cooperativas, segundo eles elas pagam melhor pelo produto.

Um bom exemplo de comercialização alternativa que está sendo aproveitado pelos produtores familiares é a entrega da produção ao programa de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e que promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Outro programa do governo federal em que os produtores familiares foram inseridos, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é um programa de assistência financeira suplementar com vistas a garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos beneficiários das escolas públicas, e que faz aquisição de alimentos para a merenda escolar.

A renda das famílias entrevistadas, apesar de não ter sido tratado na entrevista realizada, no trabalho de Costa (2010) pareceu bastante satisfatória (Gráfico 2), pois superam o parâmetro de dois salários mínimos, referência geralmente aceito nos estudos sobre desigualdade e renda e pobreza como índice razoável para calcular uma linha divisória (MEDEIROS; LEITE, 2003).

Gráfico 2. Renda familiar dos assentados em 2009.



Fonte: COSTA (2010)

A maior queixa dos trabalhadores foi o grande custo de produção aferido nas atividades da agricultura familiar, segundo eles, o preço de seus produtos é baixo e os custos estão sempre em alta, o que dificulta os investimentos na propriedade. Entre os desejos quanto a melhorias na propriedade, os assentados expressam a vontade de investir na fertilidade da terra, na mecanização e na irrigação. Isso demonstra que há o desejo de aumentar a produção, mas o equilíbrio entre custo, lucratividade, crédito e investimentos é delicado.

Um fato muito relevante foi a afirmação de todos os entrevistados de que trabalham com mão de obra familiar, e que em média utilizam de pelo menos duas pessoas nas suas atividades. O que evidencia um aproveitamento dos membros da família nos trabalhos do campo. Isso aumenta a lucratividade da atividade, mas também atrai o interesse exploratório de atividades que buscam se apropriar dessa mão de obra sem remunerar a família por isso. Esse é o caso clássico da indústria da avicultura e da sericultura, ambas com presença entre os entrevistados, o que já comprova a exploração dos familiares dos assentados. As atividades desses ramos de produção não são de todo prejudiciais à agricultura familiar, pois realmente agregam renda às famílias, mas acabam criando uma demanda pela mão de obra dos jovens, que deveriam estar *a priori*, ocupados no aperfeiçoamento educacional.

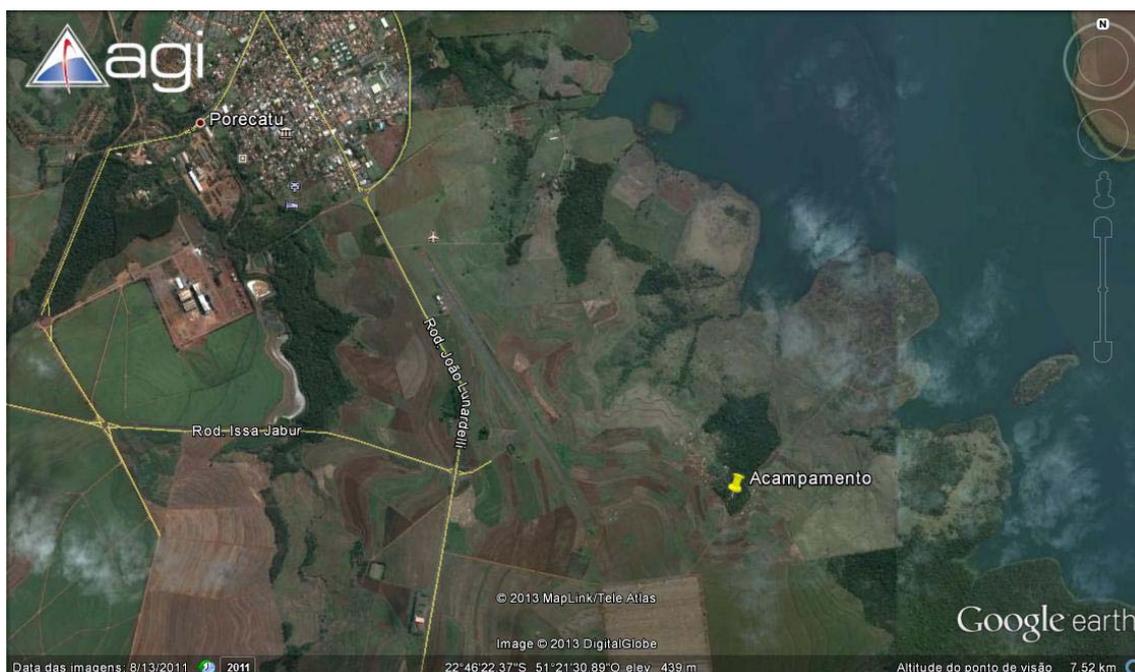
A maioria dos entrevistados afirma não fazerem uso da troca de dias de serviço, o que significa o não aproveitamento de um importante meio de relação de trabalho não capitalista, e que não oneraria a produção. Quanto a utilização de mão de obra temporária, as famílias se dividem entre o uso ou não, onde os que se utilizam, geralmente o fazem no pagamento de mão de obra especializada, como a de pedreiro, ou em épocas de concentração de trabalhos, como é o caso da limpeza das granjas de frango.

O jovem neste assentamento também não pode contar com muitas facilidades, pois só há escola e postos de saúde na cidade, e o transporte só é feito três vezes por dia durante o período letivo. Eles também se queixam da falta de recreação na comunidade, onde nos finais de semana o principal divertimento fica por conta de futebol, tv e visitas à igreja.

3 ACAMPAMENTO HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU

3.1 Localização

A Fazenda Variante, local onde se encontra o acampamento, fica localizada próximo à rodovia PR 170 (João Lunardelli), entre os municípios de Florestópolis-PR e Porecatu - PR, a cerca de 5,5 km do núcleo urbano do município de Porecatu-PR. Conforme pode-se notar na Figura 8, sua localização é privilegiada por estar próximo ao núcleo urbano e também estar às margens da Represa Capivara, o que valoriza suas terras para a especulação imobiliária de chácaras de lazer, muito comum nos municípios da região.



Fonte: Imagem de satélite Google Earth

Figura 8. Localização do Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu – Porecatu – PR.

Outro item importante a ser registrado é sua proximidade com o aeroporto do município e com a rodovia João Lunardelli assim como a Usina Central do Paraná.

3.2 Histórico

O acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu teve sua gênese em novembro de 2008, após fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego ter encontrado trabalho em condições análogas à escravidão na fazenda Variante, de propriedade do Grupo Atalla, estes que também são proprietários da Usina Central do Paraná S.A., tradicionais empresários do agronegócio na região. O nome do acampamento lembra e homenageia a disputa de terras ocorrida na região na década de 1940, e que marcou a resistência de pequenos agricultores frente aos grandes latifundiários apoiados pelo Estado.

O Grupo Atalla apresenta um histórico de maus tratos aos trabalhadores de corte de cana e das fazendas, assim como possuem grandes dívidas fiscais com o Estado. Segundo o grupo do MST, a aquisição de terras pelo Grupo Atalla se deu de maneira escusa, e aos poucos foram passando da atividade de cultivo de café para a produção de cana de açúcar

para abastecer a sua usina de produção de álcool. O grupo empregava no ano de 2013 aproximadamente 2.500 pessoas na entre-safra, e 5.000 pessoas durante a safra, hoje (2019), a maioria das propriedades do grupo encontram-se arrendadas a outras usinas de álcool, cessando as atividades da base industrial.

A ocupação se deu por um contingente de cerca de 2.000 (duas mil) pessoas (CRISTO, 2008), que formam aproximadamente 120 (cento e vinte) famílias. Nos últimos anos, houve registro de casos de confronto entre grupos armados não identificados e as famílias acampadas, o que pode indicar uma pressão de grupos ruralistas contra a presença dos trabalhadores sem-terra na região (MARTINS, 2009). Os acampados chegaram a acusar um delegado do município de estar incluso nas milícias que fazem pressão pelo abandono da fazenda pelo movimento. No ano de 2010, lideranças políticas regionais assinaram um pedido (PORECATU, 2010) solicitando a interferência do governador de Estado do Paraná para que tomasse “providências” frente ao avanço do movimento na região, e para que fosse cumprida as reintegrações de posses expedidas pela justiça, o que não foi atendido.

No momento, os acampados aguardam a consolidação da Emenda à Constituição (PEC 438/2001), que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal, estabelecendo a pena de perdimento da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras), revertendo a área ao assentamento dos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba.

3.3 Caracterização

A Fazenda Variante possui 1.442 ha que eram cultivados com cana de açúcar para abastecer a Usina Central do Paraná. O solo é do tipo arenoso, com razoável capacidade de fertilidade, sua topografia é suave/ondulada, e a área é adequada a produção de alimentos.

3.4 Análise Geográfica

A ocupação de terras naquela região se mostrava aquecida por três motivos principais, o êxito nas ocupações e assentamento de famílias, a presença de diversas áreas subutilizadas na produção, e o histórico origem legal duvidosa de algumas grandes propriedades. Segundo Medeiros (2010), deve-se ter em conta que os estudos realizados sobre assentamentos, indicam que as desapropriações não planejadas impulsionadas por conflitos e mobilizações acabam se desenvolvendo mais rapidamente. A mesma autora salienta que a eficácia da ocupação de terras potencializaram as demandas, isto é, onde havia uma ocupação de terras e posterior conquista, acabava por gerar mais ocupações, pois os trabalhadores se sentiam mais confiantes em um desfecho positivo, provando a eficácia das pressões e das formas de luta e criavam uma concentração de acampamentos e ocupações. Mesmo assim, há que se admitir que existe uma falta de planejamento nos assentamentos, pois se carece de uma otimização dos recursos para se potencializar a infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento, como é o caso da criação/aproveitamento de mercados consumidores para os alimentos ali produzidos e do uso de maquinários.

O acampamento (Figuras 9 e 10) se apresentava (2013) bem estruturado organizacionalmente, onde as crianças são atendidas por uma escola itinerante (Figuras 11 e 12), contando com móveis novos e um refeitório para as merendas. As salas de aula ainda são improvisadas, com paredes de tapumes já demonstrando necessidade de reparo.



Fonte: Autor

Figura 9. Visão da entrada do acampamento.

Na entrada, a uma distância segura do acampamento, fomos recepcionados por vigias do movimento, eles se encarregavam de classificar quem poderia entrar no acampamento. Isto provavelmente se deve ao receio de novas investidas de grupos armados.

Na área próxima do núcleo do acampamento, há o cultivo de hortigranjeiros e a criação de porcos e galinhas, existe um pequeno bar, cobertura para reuniões, bomba para obtenção de água e a presença de animais de transporte/carga.



Fonte: Autor

Figura 10. Visão geral do acampamento.



Fonte: Autor

Figura 11. Refeitório da escola com os alimentos expostos.



Fonte: Autor

Figura 12. Sala de aula com equipamentos novos.



Fonte: Autor

Figura 13. Visão geral das salas de aula.

As casas são de madeira, umas bem construídas, outras claramente provisórias. Os acampados aparentavam possuir alguns veículos, e havia boa movimentação de pessoas no momento da visita. No site do movimento, nos é esclarecido que:

Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem a produção, a escola, as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres. (MST, 2009).

Os acampados já realizam o plantio de algumas culturas como mandioca, milho e soja, alguns são realizados coletivamente, outros são de responsabilidade de cada família. Também realizam a pesca na Represa Capivara para garantir outra fonte de proteína.

CONCLUSÕES

A chegada de novos grupos sociais a uma pequena comunidade como os municípios citados neste trabalho, traz apreensão nas pessoas que ali residem. Como nos revela Medeiros (2003):

A constituição de um assentamento (em diversos casos, de mais de um assentamento no âmbito de um mesmo município ou região) acarreta a introdução

de novos elementos e agentes que ocasionam alterações nas relações de poder. Tratando-se de área de conflito fundiário, quer envolvendo resistência, quer ocupação de terras, o simples fato de ocorrer uma desapropriação e conseqüente assentamento significa o reconhecimento do conflito por parte do Estado, que se concretiza na sua intervenção mediante desapropriação.

Assim, a repulsa pela presença dos movimentos pela luta pela reforma agrária não é bem vista pela sociedade, o choque cultural, o medo de mudança na realidade estabelecida, faz com que nasça uma antipatia ao movimento. Mas, o objetivo desses movimentos é, além de exigir seus direitos quanto ao entendimento da finalidade social da terra, promover a ruptura de laços tradicionais de patronagem e fortalecer a agricultura familiar. Com isso, sob este contexto, a classe dominante rural, principal perdedora no processo, se alia a lideranças políticas e jurídicas para tentar frear o processo, e quando isso não é o bastante, tende a utilizar meios violentos de convencimento. A violência não é uma ferramenta usada apenas pela oligarquia rural, os próprios integrantes dos movimentos sociais de luta pela terra se utilizam disso na ocupação das propriedades e na maneira de protestar contra o que rejeitam no sistema. Não se pode tomar isso como uma postura correta, seja de qual lado for, mas parte disso é explicado pela inexistência de mecanismos eficazes de correção de erros históricos do Estado e sua conseqüente omissão.

O Estado admite a necessidade de reforma e sua culpa na distribuição irregular da terra, isto é comprovado pela efetivação do assentamento e pelo fornecimento de linhas de crédito como o PRONAF e do acompanhamento de assistência técnica por entidades como a Emater no Paraná. Mas todo esse processo corrente nos últimos vinte anos não caracteriza como a efetivação de uma reforma agrária, pois falta continuidade e volume no processo. A presença de trabalhadores urbanos nos assentamentos e acampamentos dos movimentos rurais comprovam que o problema social gerado pela busca da eficácia produtiva no campo migrou para a cidade, e agora novamente os descendentes de trabalhadores rurais tornam a buscar uma oportunidade de vida no campo.

O caso do Assentamento Florestan Fernandes é um caso atípico no processo de reforma agrária, não houve conflito com o proprietário. Geralmente o proprietário têm objeção com a desapropriação da propriedade, mas ele quer uma compensação financeira se não maior que o valor de mercado, pelo menos compatível. O uso de títulos da dívida pública como pagamento das desapropriações é fato depreciativo e inibidor de iniciativas como a do proprietário da área deste assentamento.

Programas de compra da terra e posterior repasse a grupos de agricultores poderia ser uma solução viável ao Estado, mas temos que ter em mente que a obtenção dos títulos destas propriedades nem sempre foram feitos de maneira correta, e que a compra dessas propriedades sem uma devida investigação de sua procedência se torna a consolidação do estelionato dos recursos públicos.

Também não é produtivo se entregar a terra a grupos que não possuem a menor condição técnica ou interesse em realizar a produção do lote, que apenas desejam obter uma maneira de usurpar algum recurso da sociedade, recursos que são bastante escassos. A classificação dos beneficiados pelos programas de reforma agrária deve ser rígida e com acompanhamento do poder público, levando em conta não só a sua procedência e intensão, mas também seu histórico de luta.

Os títulos das propriedades não haviam sido entregues às famílias, segundo o que nos foi informado pelos entrevistados, o MST não concordava com a entrega dos títulos. O fato de os títulos de propriedade não terem sido entregue às famílias do assentamento nos faz refletir sob alguns interesses envolvidos na reforma agrária. Se a MST não incentiva e até mesmo tenta combater a entrega dos títulos, pode-se especular que ou ele deseja manter sob sua influência as

famílias assentadas, ou eles consideram que a terra não deve ter proprietário, isto é, a terra passa a ser um bem alheio ao direito de propriedade, tornando-se assim um bem social. Neste contexto, o movimento passa de articulador de um movimento para a obtenção da reforma agrária, para uma organização política social, onde as bases fundamentais do sistema é colocado em causa.

O acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu demonstra a articulação do MST frente a ocupação de terras, onde se ocupa terras “predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios - propriedades capitalistas - terras de negócios e exploração - terras devolutas e/ou griladas” (FERNANDES, 2000), onde o tipo de ocupação é definido pela propriedade da terra.

A sociedade deve se adaptar às reivindicações destes grupos sociais, pois, o movimento não para, ele se renova a cada área reivindicada:

[...] numa luta contínua pela terra, num refazendo constante, conforme as famílias vão sendo assentadas, novas famílias unem-se às famílias em luta. Assim, conforme vão conquistando frações do território, vão somando mais grupos de famílias remanescentes. (FERNANDES, 2000).

A reconstrução de um rural mais justo socialmente passa pela correção das desigualdades e injustiças históricas, e pela reestruturação de um sistema produtivo de vital importância tanto para o país quanto para as pessoas que o constroem.

REFERÊNCIAS

- COSTA, F. L. M. **Dinâmica socioeconômica e juventude do assentamento Florestan Fernandes**. Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?view=vtls000162295>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- CRISTO, L. Sem terra ocupam fazenda em Porecatu: MST cobra interdição do local por trabalho escravo. **TR Tribuna Paraná**. 2008. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/332776/>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- EMBRAPA. **Mapa de solos do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro. Instituto Agrônomo do Paraná, 2008.
- FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 59-63. 2000.
- HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. S. de; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.; LEITE, S. (coods.). (2002). **Impactos da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ-Nuap/PPGAS/UFRJ. Relatório de pesquisa.
- MARTINS, M. MST acusa delegado de integrar milícia. **Gazeta do Povo**. 2009. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=882324&tit=MST-acusa-delegado-de-integrar-milicia>. Acesso em: 10 jan 2013.
- MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. **Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate**. [s.i.]. Mimeo, 2003.
- MEDEIROS, L. S. de. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. [s.i.]. Fundação Perseu Alamo, 2003.
- MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. **Organização**. 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- PORECATU. Câmara de Vereadores. **Ofício 0127/2010**. Porecatu, 19 maio 2010. Assunto: Invasão de propriedades rurais. Disponível em: http://www.cmporecatu.pr.gov.br/Oficios/2010/OfDiv00127_2010.pdf. Acesso em: 10 jan. 2013.